

Minas Gerais Administração e Serviços

MGS-MG

Fundamental (Incompleto/Completo)

AG029-N9

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Minas Gerais Administração e Serviços S.A

Fundamental (Incompleto/Completo)

EDITAL MGS Nº 03/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Matemático - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil

Conhecimentos Específicos - Profº Heitor Ferreira

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Érica Duarte

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela

Érica Duarte

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.....	01
Tipologia textual.....	10
Ortografia.....	12
Acentuação.....	15
Morfologia.....	18
Uso do sinal de crase.....	59
Sintaxe.....	62
Pontuação.....	71
Concordância nominal e verbal.....	74

MATEMÁTICO

Operações com números naturais e fracionários.....	01
Adição, subtração, multiplicação e divisão.....	01
Sistemas de medidas: tempo, comprimento, capacidade, massa, quantidade.....	22
Operações com números naturais e fracionários.....	01
Adição, subtração, multiplicação e divisão.....	01
Sistemas de medidas: tempo, comprimento, capacidade, massa, quantidade.....	22

CONHECIMENTOS GERAIS

Geografia do Brasil e do Estado de Minas Gerais: Formação do território. Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia. Geografia humana: aspectos econômicos, sociais e culturais.....	01
---	----

A ORIGEM DA SOCIOLOGIA GEOGRAFIA DO BRASIL E DO ESTADO DE MINAS GERAIS: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO. GEOGRAFIA FÍSICA: RELEVO, CLIMA, VEGETAÇÃO, HIDROGRAFIA. GEOGRAFIA HUMANA: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

GEOGRAFIA DO BRASIL

O **Brasil** é um país organizado em forma de República Federativa e está localizado na América do Sul, sendo o maior país dessa região continental, com uma área de 8.515.767,049 km². Politicamente, o território brasileiro é subdividido em 26 estados e o Distrito Federal, cuja capital é a cidade de Brasília.

A **área territorial do Brasil** faz com que esse país seja o quinto maior do mundo, atrás somente de Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. Por essa razão, é caracterizado como um **país continental** ou **país com dimensões continentais**, uma vez que o tamanho de sua área é muito próximo ao de um dos continentes, no caso a Oceania.

No total, o Brasil ocupa 47% da América do Sul – quase a metade, portanto – e não faz fronteira somente com dois países sul-americanos: Equador e Chile. A leste, o Brasil é banhado em uma vasta extensão pelo Oceano Atlântico, com um litoral que percorre um total de 7.367km², o que coloca o país como o 16º no ranking mundial de maiores áreas litorâneas.

A **população brasileira**, de acordo com estimativas recentes divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 202.033.270 habitantes, a quinta maior do planeta, atrás de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Desse total, a maior parte concentra-se nas áreas litorâneas, principalmente na região Sudeste. Como as taxas de crescimento demográfico são baixas atualmente, é possível que nas próximas décadas o Brasil seja ultrapassado por Paquistão e Nigéria.

Os **aspectos físicos do Brasil** indicam a presença de três principais formas de relevo: as planícies, os planaltos e as depressões relativas, não havendo depressões absolutas (abaixo do nível do mar) nem montanhas, apenas serras. Em uma dessas serras, a do Imeri, encontra-se o ponto mais alto do país, o Pico da Neblina, que possui uma altitude de 2.994 m acima do nível do mar.

Em geral, essas características são resultantes do fato de o **relevo brasileiro** ser geologicamente antigo e também por não se encontrar nas áreas de encontro entre duas placas tectônicas, o que explica a não ocorrência de vulcões e de grandes e frequentes terremotos. Pelo mesmo motivo, o território do Brasil abriga apenas dois tipos de províncias geológicas: as bacias sedimentares e os crátons (plataformas continentais e escudos cristalinos), não existindo os dobramentos modernos.

Uma característica marcante do Brasil em termos naturais é a grande diversidade em termos de fauna e flora. No país, existe uma grande variedade de florestas, classificadas em seis grupos principais (Amazônica, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Araucárias e Pampa) e três residuais (Pantanal, Mata de Cocais e os Manguezais). Em número de espécies de animais, o Brasil também se destaca, o que o classifica como o território de maior biodiversidade do planeta.

Quanto aos aspectos econômicos do Brasil, destaca-se o fato de o país possuir um dos maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo, com US\$ 2,2 trilhões. No entanto, o seu PIB *per capita*, que é o valor dividido pela população, ainda é menor do que uma grande quantidade de países. Em termos gerais, a economia brasileira é caracterizada como de perfil subdesenvolvido emergente, compondo o grupo de países que, eventualmente, podem apresentar um maior grau de desenvolvimento. O país também faz parte do grupo das economias em desenvolvimento altamente industrializadas, embora a maior parte dessas indústrias pertença a empresas estrangeiras.

Em termos culturais, o Brasil apresenta uma imensa diversidade em costumes, folclores, religiões e tradições. Essa complexidade cultural também representa a grande miscigenação étnica existente no país, muito embora existam, em grande escala, problemas concernentes à intolerância e ao preconceito.

O Brasil alcançou um papel de destaque no mundo nos últimos dez anos. A nação é uma das mais importantes dentro do bloco dos países emergentes e tem dado muitas demonstrações de força econômica e social.

O Brasil melhorou economicamente, conseguiu reduzir a desigualdade social e tirou milhões de pessoas da extrema pobreza desde o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) 2013, a previsão é de que o Brasil, juntamente com China e Índia, responda por 40% da riqueza global em 2050.

O destaque do Brasil como emergente também possibilitou que o país conseguisse eleger o diplomata Roberto Azevêdo para o posto de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio. Esse fato demonstra que o país tem uma boa reputação internacional, pois essa é a primeira vez na história que um latino-americano alcança o posto máximo da organização.

Outro ponto de destaque para o Brasil diz respeito a sua influência no cenário internacional. Os avanços sociais e econômicos do Brasil levaram o país a desenvolver uma imagem positiva no exterior.

A ONU também tem destacado o papel do Brasil na diminuição do índice de pobreza mundial. A nação foi elogiada por ter elevado seus índices de educação e por ter aumentado o salário mínimo nos últimos anos.

Dessa forma, o Brasil vem garantindo sua inserção soberana no mundo e tem alcançado um protagonismo na América do Sul.

Industrialização no Brasil

A industrialização no Brasil foi historicamente tardia ou retardatária. Enquanto na Europa se desenvolvia a Primeira Revolução Industrial, o Brasil vivia sob o regime de economia colonial.



Vários fatores contribuíram para o processo de industrialização no Brasil:

- a exportação de café gerou lucros que permitiram o investimento na indústria;
- os imigrantes estrangeiros traziam consigo as técnicas de fabricação de diversos produtos;
- a formação de uma classe média urbana consumidora, estimulou a criação de indústrias;
- a dificuldade de importação de produtos industrializados durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estimulou a indústria.

A passagem de uma sociedade operária para uma urbano industrial, mudou a paisagem de algumas cidades brasileiras, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Resumo das fases do desenvolvimento industrial brasileiro

Mais de trezentos anos sem indústrias

Enquanto o Brasil foi colônia de Portugal (1500 a 1822) não houve desenvolvimento industrial em nosso país. A metrópole proibia o estabelecimento de fábricas em nosso território, para que os brasileiros consumissem os produtos manufaturados portugueses. Mesmo com a chegada da família real (1808) e a Abertura dos Portos às Nações Amigas, o Brasil continuou dependente do exterior, porém, a partir deste momento, dos produtos ingleses.

História do início da industrialização

Foi somente no final do século XIX que começou o desenvolvimento industrial no Brasil. Muitos cafeicultores passaram a investir parte dos lucros, obtidos com a exportação do café, no estabelecimento de indústrias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Eram fábricas de tecidos, calçados e outros produtos de fabricação mais simples. A mão de obra usada nestas fábricas era, na maioria das vezes, formada por imigrantes italianos.

Era Vargas e desenvolvimento industrial

Foi durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a indústria brasileira ganhou um grande impulso. Vargas teve como objetivo principal efetivar a industrialização do país, privilegiando as indústrias nacionais, para não deixar o Brasil cair na dependência externa. Com leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, medidas protecionistas e investimentos em infraestrutura, a indústria nacional cresceu significativamente nas décadas de 1930-40. Porém, este desenvolvimento continuou restrito aos grandes centros urbanos da região sudeste, provocando uma grande disparidade regional.

Durante este período, a indústria também se beneficiou com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-45), pois, os países europeus, estavam com suas indústrias arrasadas, necessitando importar produtos industrializados de outros países, entre eles o Brasil.

Com a criação da Petrobrás (1953), ocorreu um grande desenvolvimento das indústrias ligadas à produção de gêneros derivados do petróleo (borracha sintética, tintas, plásticos, fertilizantes, etc.).

Período JK

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) o desenvolvimento industrial brasileiro ganhou novos rumos e feições. JK abriu a economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais. Foi durante este período que ocorreu a instalação de montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) em território brasileiro.

Últimas décadas do século XX

Nas décadas 70, 80 e 90, a industrialização do Brasil continuou a crescer, embora, em alguns momentos de crise econômica, ela tenha estagnado. Atualmente o Brasil possui uma boa base industrial, produzindo diversos produtos como, por exemplo, automóveis, máquinas, roupas, aviões, equipamentos, produtos alimentícios industrializados, eletrodomésticos, etc. Apesar disso, a indústria nacional ainda é dependente, em alguns setores, (informática, por exemplo) de tecnologia externa.

Dados atuais

- Felizmente, o Brasil está apresentando, embora pequena, recuperação na produção industrial. De acordo com dados do IBGE, divulgados em 1 de fevereiro de 2019, a indústria brasileira apresentou crescimento de 1,1% em 2018.

Econômica dos recursos naturais

A economia dos recursos naturais é o ramo da economia que lida com os aspectos da extração e exploração dos recursos naturais ao longo do tempo, e a sua otimização em termos econômicos e ambientais.^[1] Procura compreender o papel dos recursos naturais na economia, a fim de desenvolver métodos de gestão mais sustentável destes recursos para garantir a sua disponibilidade para as gerações futuras.

O que se conhece por “economia dos recursos naturais” é um campo da teoria microeconômica que emerge das análises neoclássicas a respeito da utilização das terras agrícolas, dos recursos minerais, dos peixes, dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros, da água, todos os recursos naturais reprodutíveis e os não reprodutíveis. (Maria Amélia Enriquez)

- **Renováveis** - São recursos compatíveis com o horizonte de vida do homem.

Ex: solos, ar, águas, florestas, fauna e flora.

- **Não Renováveis** - São recursos que necessitam de eras “geológicas” para sua formação.

Ex: Os minérios em geral e os combustíveis fósseis (petróleo e gás natural).

“Um recurso que é extraído mais rápido do que é renovado por Processos naturais é um recurso não renovável. Um recurso que é Reposto tão rápido quanto é extraído é certamente renovável” (Irene Domenes Zapparoli).

O principal critério para a classificação dos recursos naturais é a capacidade de recomposição de um recurso no horizonte do tempo humano. Um recurso que é extraído mais veloz do que é renovado por processos naturais é um recurso não-renovável. Um recurso que é reposto tão rápido quanto é retirado é certamente um recurso renovável.

Em relação a Economia dos Recursos Naturais temos a atual classificação:

- **Renováveis**: solos, ar, águas, florestas, fauna e flora no geral.
- **Não renováveis, ou exauríveis, esgotáveis ou não reprodutíveis**: minérios, combustíveis.

O estudo da economia dos recursos naturais tem adquirido importância crescente em várias correntes do pensamento econômico, mas a abordagem dominante ainda é a da economia neoclássica (também chamada de economia convencional).

Existem basicamente 4 tipos de Recursos Naturais:

- **Recursos Minerais**: água, solo, ouro, prata, cobre, bronze;
- **Recursos Energéticos**: sol, vento, petróleo, gás;
- **Recursos Renováveis**: madeira, peixes, vegetais – podem ser finitos, a depender do seu grau de utilização
- **Recursos Não-Renováveis**: petróleo, gás, demais minérios – podem ser recuperados, porém em escalas de tempo sobre-humanas.

Como podemos perceber analisando o breve esquema acima a maioria dos recursos naturais, mesmo os renováveis, podem não ser inesgotáveis, principalmente se forem utilizados de maneira irresponsável e em larga escala. Com isso, talvez o maior desafio, não somente dos gestores ambientais, mas de toda a espécie humana, seja justamente o de **conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação e conservação do meio ambiente**.

E uma boa alternativa pode ser, realmente, **a utilização de fontes de energia limpas**, baratas e economicamente viáveis, para que sejam atendidas todas as necessidades energéticas da humanidade, porém, sem prejudicar nem esgotar as reservas naturais, preservando-as e conservando-as para as próximas gerações que estão por vir.

Diversas soluções criativas e viáveis vêm surgindo, dia após dia, em todo o mundo. Painéis solares à base de garrafas PET, biodigestores, moinhos e cataventos geradores de energia eólica, geradores de energia a partir das ondas do mar, carregadores de celular à base de energia solar, carros movidos à energia elétrica ou solar, computadores que funcionam movidos a pedais de bicicleta, enfim, uma verdadeira infinidade de ideias inovadoras que, com investimento e, sobretudo, boa vontade, podem perfeitamente ajudar a solucionar boa parte dos problemas ambientais, nesse caso, suprir nossas necessidades energéticas de locomoção e bem-estar.

Estrutura fundiária do Brasil

A estrutura fundiária corresponde ao modo como as propriedades rurais estão dispersas pelo território e seus respectivos tamanhos, que facilita a compreensão das desigualdades que acontecem no campo.

A desigualdade estrutural fundiária brasileira configura como um dos principais problemas do meio rural, isso por que interfere diretamente na quantidade de postos de trabalho, valor de salários e, automaticamente, nas condições de trabalho e o modo de vida dos trabalhadores rurais.

No caso específico do Brasil, uma grande parte das terras do país se encontra nas mãos de uma pequena parcela da população, essas pessoas são conhecidas como latifundiários. Já os minifundiários são proprietários de milhares de pequenas propriedades rurais espalhadas pelo país, algumas são tão pequenas que muitas vezes não conseguem produzir renda e a própria subsistência familiar suficiente.

Diante das informações, fica evidente que no Brasil ocorre uma discrepância em relação à distribuição de terras, uma vez que alguns detêm uma elevada quantidade de terras e outros possuem pouca ou nenhuma, esses aspectos caracterizam a concentração fundiária brasileira.

É importante conhecer os números que revelam quantas são as propriedades rurais e suas extensões: existem pelo menos 50.566 estabelecimentos rurais inferior a 1 hectare, essas juntas ocupam no país uma área de 25.827 hectares, há também propriedades de tamanho superior a 100 mil hectares que juntas ocupam uma área de 24.047.669 hectares.

Outra forma de concentração de terras no Brasil é proveniente também da expropriação, isso significa a venda de pequenas propriedades rurais para grandes latifundiários com intuito de pagar dívidas geralmente geradas em empréstimos bancários, como são muito pequenas e o nível tecnológico é restrito diversas vezes não alcançam uma boa produtividade e os custos são elevados, dessa forma, não conseguem competir no mercado, ou seja, não obtêm lucros. Esse processo favorece o sistema migratório do campo para a cidade, chamado de êxodo rural.

A problemática referente à distribuição da terra no Brasil é produto histórico, resultado do modo como no passado ocorreu a posse de terras ou como foram concedidas.

A distribuição teve início ainda no período colonial com a criação das capitanias hereditárias e sesmarias, caracterizada pela entrega da terra pelo dono da capitania a quem fosse de seu interesse ou vontade, em suma, como no passado a divisão de terras foi desigual os reflexos são percebidos na atualidade e é uma questão extremamente polêmica e que divide opiniões.

Agricultura no Brasil atual

Atualmente, a agricultura no Brasil é marcada pelo processo de mecanização e expansão das atividades em direção à região Norte.

A atividade do setor agrícola é uma das mais importantes da economia brasileira, pois, embora componha pouco mais de 5% do PIB brasileiro na atualidade, é responsável por quase R\$100 bilhões em volume de exportações em conjunto com a pecuária, segundo dados da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/Mapa). A produção agrícola no Brasil, portanto, é uma das principais responsáveis pelos valores da balança comercial do país.

Ao longo da história, o setor da agricultura no Brasil passou por diversos ciclos e transformações, indo desde a economia canavieira, pautada principalmente na produção de cana-de-açúcar durante o período colonial, até as recentes transformações e expansão do café e da soja. Atualmente, essas transformações ainda ocorrem, sobretudo garantindo um ritmo de sequência às transformações técnicas ocorridas a partir do século XX, como a mecanização da produção e a modernização das atividades.

A modernização da agricultura no Brasil atual está diretamente associada ao processo de industrialização ocorrido no país durante o mesmo período citado, fator que foi responsável por uma reconfiguração no espaço geográfico e na divisão territorial do Brasil. Nesse novo panorama, o avanço das indústrias, o crescimento do setor terciário e a aceleração do processo de urbanização colocaram o campo economicamente subordinado à cidade, tornando-o dependente das técnicas e produções industriais (máquinas, equipamentos, defensivos agrícolas etc.).

Podemos dizer que a principal marca da agricultura no Brasil atual – e também, por extensão, a pecuária – é a formação dos complexos agrícolas, notadamente desenvolvidos nas regiões que englobam os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, destacam-se a produção de soja, a carne para exportação e também a cana-de-açúcar, em razão do aumento da necessidade nacional e internacional por etanol.

Na **região Sul** do país, a produção agrícola é caracterizada pela ocupação histórica de grupos imigrantes europeus, pela expansão da soja voltada para a exportação nos últimos decênios e pela intensiva modernização agrícola. Essa configuração é preponderante no oeste do Paraná e de Santa Catarina, além do norte do Rio Grande

do sul. Além da soja, cultivam-se também, em larga escala, o milho, a cana-de-açúcar e o algodão. Na pecuária, a maior parte da produção é a de carne de porco e de aves.

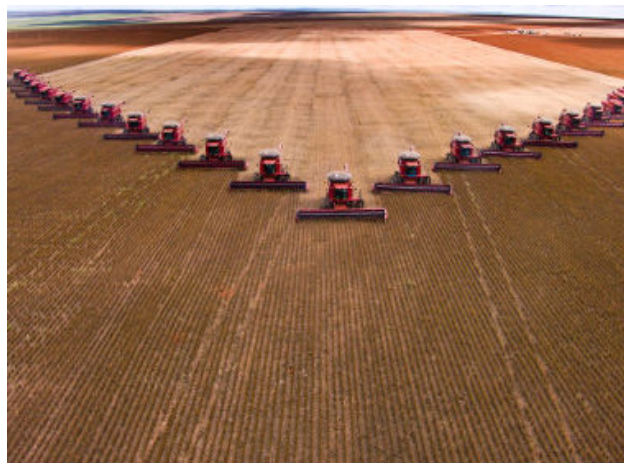
Na **região Sudeste**, assim como na região sul, a mecanização e produção com base em procedimentos intensivos de alta tecnologia são predominantes. Embora seja essa a região em que a agricultura encontra-se mais completamente subordinada à indústria, destacam-se os altos índices de produtividade e uso do solo. Por outro lado, com a maior presença de maquinários, a geração de empregos é limitada e, quando muito, gerada nas agroindústrias. As principais culturas cultivadas são o café, a cana-de-açúcar e a fruticultura, com ênfase para os laranjais.



Produção cafeeira em Alfenas, Minas Gerais

Na **região Nordeste**, por sua vez, encontra-se uma relativa pluralidade. Na Zona da Mata, mais úmida, predomina o cultivo das *plantations*, presente desde tempos coloniais, com destaque novamente para a cana, voltada atualmente para a produção de álcool e também de açúcar. Nas áreas semiáridas, ressalta-se a presença da agricultura familiar e também de algumas zonas com uma produção mais mecanizada. O principal cultivo é o de frutas, como o melão, a uva, a manga e o abacaxi. Além disso, a agricultura de subsistência também possui um importante papel.

Já a **região Centro-Oeste** é a área em que mais se expande o cultivo pela produção mecanizada, que se expande em direção à Amazônia e vem pressionando a expansão da fronteira agrícola para o norte do país. A Revolução Verde, no século passado, foi a principal responsável pela ocupação dos solos do Cerrado nessa região, pois permitiu o cultivo de diversas culturas em seus solos de elevada acidez. O principal produto é a soja, também voltada para o mercado externo.



Produção mecanizada de soja no Mato Grosso

Por fim, a **região Norte** é caracterizada por receber, atualmente, as principais frentes de expansão, vindas do Nordeste e do Centro-Oeste. A região do “matopiba” (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), por exemplo, é a área onde a pressão pela expansão das atividades agrárias ocorre mais intensamente, o que torna a região Norte como o futuro centro de crescimento do agronegócio brasileiro. As atividades mais praticadas nessa região ainda são de caráter extensivo e de baixa tecnologia, com ênfase na pecuária primitiva, na soja em expansão e em outros produtos, que passam a competir com o extrativismo vegetal existente.



Pecuária extensiva na área de expansão agrícola da região Norte

As relações de trabalho no campo

Diminuição do sistema de parceria:

Com a capitalização do campo, as relações de trabalho tradicionais vão desaparecendo porque são substituídas pelo trabalho assalariado, ou porque o proprietário prefere deixar a terra ociosa à espera de valorização.

Expansão de um regime associativo:

Com a capitalização do campo, as relações de trabalho tradicionais tendiam a desaparecer mais, porque são substituídas pelo trabalho assalariado, no entanto, para diminuir custo e encargos, as grandes empresas desenvolveram uma nova forma de trabalhar no campo, incentivando o pequeno e o médio produtor a produzir para eles.

Agricultura Familiar x Agricultura Comercial

A produção agrícola no Brasil está organizada basicamente em dois modelos. A agricultura familiar representa boa parte do estabelecimento agrícolas brasileiros, e se dedica basicamente à produção de alimentos que abastecem o mercado interno. Nesse tipo de agricultura, as técnicas empregadas são em geral rudimentares, ou seja, sem um elevado grau tecnológico. São utilizadas técnicas que não contribuem para elevada produtividade, como por exemplo as queimadas, ou mesmo a rotação de culturas e pousio. Esses agricultores contam com o apoio de programas de acesso ao crédito, como o “Pronaf”, contudo ainda tem dificuldades na aquisição dos insumos agrícolas, como fertilizantes e maquinário.

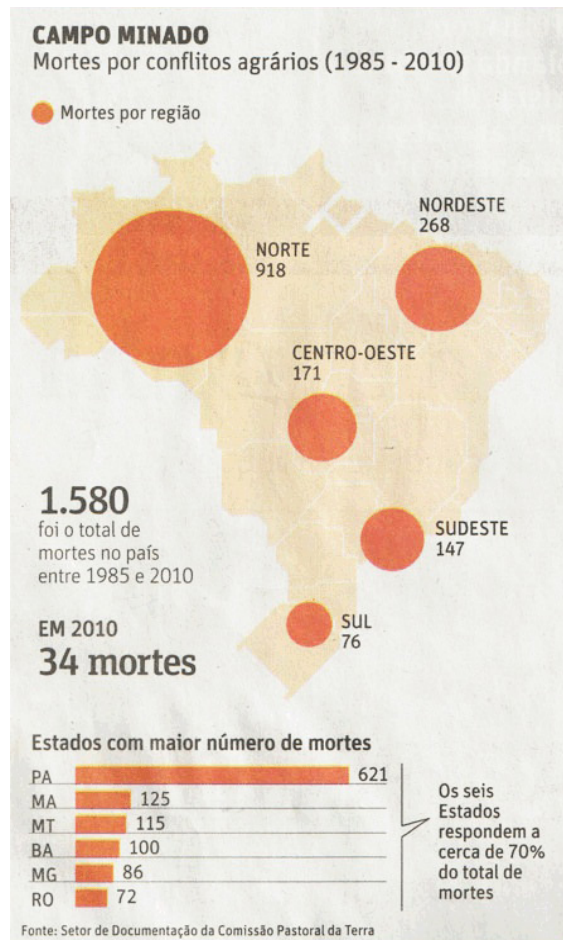
Por outro lado, a agricultura comercial, também conhecida como agronegócio, baseia-se na produção em larga escala das chamadas **COMMODITIES** agrícolas, principalmente de grãos como a soja, milho e café. Esses produtos tem grande demanda mundial, e tem seus valores definidos por ela. São produzidos em grandes extensões de terra, uma vez que a abundância delas no Brasil reduz seu valor. Como esses agricultores detêm elevado poder econômico ocorre a aquisição de largas faixas do território brasileiro, com destaque para as regiões Centro-Oeste e mais recentemente Norte e Nordeste (oeste da Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão).

Em termos de tecnologia, a agricultura comercial faz uso intensivo de maquinário, fertilizantes químicos, pesticidas, ou mesmo organismos geneticamente alterados (OGM's). O emprego da tecnologia garante a esses produtores agrícolas grande eficiência na produção, o que também repercute em lucros elevados. As lavouras também são restritas a um único tipo de cultivo, as chamadas "monoculturas de exportação". É importante destacar que essas lavouras respondem por 22% do PIB brasileiro e que promovem crescimento econômico também no setor secundário, por meio da produção de máquinas e equipamentos utilizados no plantio/colheita, bem como no setor terciário, uma vez que dependem do armazenamento, transporte e comércio de sua produção.

Em resumo, enquanto a agricultura familiar é marcada pela diversidade de cultivos, a agricultura comercial está diretamente a atrelada a elevada produção de apen- as um gênero agrícola.

A Geografia dos conflitos fundiários no Brasil

Os conflitos fundiários são disputas pela posse da terra presentes ao longo de toda a história brasileira. Eles estão ligados basicamente a grande abundância desse fator produtivo (a terra), aliada aos processos concentradores, bem como a consolidação de um cenário de grande desigualdade social no campo. Em 1850, a promulgação da **Lei de Terras**, estabeleceu a compra como único meio de obtenção desse importante recurso produtivo. Dessa forma, as elites agrárias foram beneficiadas, dado que elas dispunham do poder econômico, o que lhes conferiu grande vantagem na aquisição de vastas áreas. Ao mesmo tempo, os pequenos agricultores, destituídos do poder econômico (e também político), acabaram por se manter a margem da aquisição de terras.



Os resultados da Lei de Terras associados a outros fatos históricos, repercutem nos dias atuais. No entanto, há uma nítida concentração das disputas que envolvem a terra na região de expansão da **fronteira agrícola**, basicamente na região Norte do país. Entende-se como fronteira agrícola, as áreas incorporadas pela agropecuária ao longo do século XX. Ao final dos anos 1940, a elevação dos preços da terra na região Sudeste e Sul, associada à necessidade de expansão das lavouras, motivou a abertura de novas faixas produtivas no território brasileiro. Elas se concentraram, inicialmente, ao norte do estado do Paraná, e na porção sul do atual Mato Grosso do Sul. A baixa aptidão agrícola dos solos do Cerrado, típicos da região Centro-Oeste do Brasil, foi resolvida por meio da biotecnologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), que desenvolveu sementes adaptadas às restrições pedológicas. Simultaneamente, o governo brasileiro, por meio de incentivos fiscais (descontos e isenções de impostos) na compra da terra, estimulou o avanço da agropecuária para a fronteira agrícola. Contudo, a medida que a agropecuária se consolidava nessa porção do território brasileiro, as empresas agrícolas, detentoras de capital, e tecnologia de ponta, passaram a se estabelecer no espaço antes ocupados por pequenos e médios agricultores.

Êxodo rural

O **êxodo rural** corresponde ao processo de migração em massa da população do campo para as cidades, fenômeno que costuma ocorrer em um período de tempo considerado curto, como o prazo de algumas décadas. Trata-se de um elemento diretamente associado a várias dinâmicas socioespaciais, tais como a urbanização, a industrialização, a concentração fundiária e a mecanização do campo.

Um dos maiores exemplos de como essa questão costuma gerar efeitos no processo de produção do espaço pode ser visualizado quando analisamos a conjuntura do **êxodo rural no Brasil**. Sua ocorrência foi a grande responsável pela aceleração do processo de urbanização em curso no país, que aconteceu mais por valores repulsivos do que atrativos, isto é, mais pela saída de pessoas do campo do que pelo grau de atratividade social e financeira das cidades brasileiras.

O êxodo rural no Brasil ocorreu, de forma mais intensa, em apenas duas décadas: entre 1960 e 1980, mantendo patamares relativamente elevados nas décadas seguintes e perdendo força total na entrada dos anos 2000. Segundo estudos publicados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o êxodo rural, nas duas primeiras décadas citadas, contribuiu com quase 20% de toda a urbanização do país, passando para 3,5% entre os anos 2000 e 2010.¹

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 divulgado pelo IBGE, o êxodo rural é, realmente, desacelerado nos tempos atuais. Em comparação com o Censo anterior (2000), quando a taxa de migração campo-cidade por ano era de 1,31%, a última amostra registrou uma queda para 0,65%. Esses números consideraram as porcentagens em relação a toda a população brasileira.

Se considerarmos os valores do êxodo rural a partir do número de migrantes em relação ao tamanho total da população residente no campo no Brasil, temos que, entre 2000 e 2010, a taxa de êxodo rural foi de 17,6%, um número bem menor do que o da década anterior: 25,1%. Na década de 1980, essa taxa era de 26,42% e, na década de 1970, era de 30,02%. Portanto, nota-se claramente a tendência de desaceleração, ao passo que as regiões Centro-Oeste e Norte, até mesmo, apresentam um pequeno crescimento no número de habitantes do campo.

Os principais fatores responsáveis pela queda do êxodo rural no Brasil são: a quantidade já escassa de trabalhadores rurais no país, exceto o Nordeste, que ainda possui uma relativa reserva de migrantes; e os investimentos, mesmo que tímidos, para os pequenos produtores e agricultores familiares. Existem, dessa forma, vários programas sociais do governo para garantir que as pessoas encontrem melhores condições de vida no campo, embora esses investimentos não sejam considerados tão expressivos.

Entre os **efeitos do êxodo rural no Brasil**, podemos destacar:

- Aceleração da urbanização, que ocorreu concentrada, sobretudo, nas grandes metrópoles do país, sobretudo as da região sudeste ao longo do século XX. Essa concentração ocorreu, principalmente, porque o êxodo rural foi acompanhado de uma migração interna no país, em direção aos polos de maiores atratividades econômicas e com mais acentuada industrialização;

- Expansão desmedida das periferias urbanas, com a formação de habitações irregulares e o crescimento das favelas em várias metrópoles do país;
- Aumento do desemprego e do emprego informal: o êxodo rural, acompanhado do crescimento das cidades, propiciou o aumento do setor terciário e também do campo de atuação informal, gerando uma maior precarização das condições de vida dos trabalhadores. Além disso, com um maior exército de trabalhadores de reserva nas cidades, houve uma maior elevação do desemprego;
- Formação de vazios demográficos no campo: em regiões como o Sudeste, o Sul e, principalmente, o Centro-Oeste, formaram-se verdadeiros vazios demográficos no campo, com densidades demográficas praticamente nulas em várias áreas.

Já entre as **causas do êxodo rural no Brasil**, é possível citar:

- Concentração da produção do campo, na medida em que a menor disponibilidade de terras proporciona maior mobilidade da população rural de média e baixa renda;
- Mecanização do campo, com a substituição dos trabalhadores rurais por maquinários, gerando menos empregos no setor primário e forçando a saída da população do campo para as cidades;
- Fatores atrativos oferecidos pelas cidades, como mais empregos nos setores secundário e terciário, o que foi possível graças ao rápido – porém tardio – processo de industrialização vivido pelo país na segunda metade do século XX.

Agronegócio e a produção agropecuária brasileira

O agronegócio, que atualmente recebe o nome de agrobusiness (agronegócios em inglês), corresponde à junção de diversas atividades produtivas que estão diretamente ligadas à produção e subprodução de produtos derivados da agricultura e pecuária.

Quando se fala em agronegócio é comum associar somente a produção in natura, como grãos e leite, por exemplo, no entanto esse segmento produtivo é muito mais abrangente, pois existe um grande número de participantes nesse processo.

O agronegócio deve ser entendido como um processo, na produção agropecuária intensiva é utilizado uma série de tecnologias e biotecnologias para alcançar níveis elevados de produtividade, para isso é necessário que alguém ou uma empresa forneça tais elementos.

Diante disso, podemos citar vários setores da economia que faz parte do agronegócio, como bancos que fornecem créditos, indústria de insumos agrícolas (fertilizantes, herbicidas, inseticidas, sementes selecionadas para plantio entre outros), indústria de tratores e peças, lojas veterinárias e laboratórios que fornecem vacinas e rações para a pecuária de corte e leiteira, isso na primeira etapa produtiva.

Posteriormente a esse processo são agregados novos integrantes do agronegócio que correspondem às agroindústrias responsáveis pelo processamento da matéria-prima oriunda da agropecuária.

A agroindústria realiza a transformação dos produtos primários da agropecuária em subprodutos que podem inserir na produção de alimentos, como os frigoríficos, indústria de enlatados, laticínios, indústria de couro, biocombustíveis, produção têxtil entre muitos outros.

A produção agropecuária está diretamente ligada aos alimentos, processados ou não, que fazem parte do nosso cotidiano, porém essa produção é mais complexa, isso por que muitos dos itens que compõe nossa vida são oriundos dessa atividade produtiva, madeira dos móveis, as roupas de algodão, essência dos sabonetes e grande parte dos remédios têm origem nos agronegócios.

A partir de 1970, o Brasil vivenciou um aumento no setor agroindustrial, especialmente no processamento de café, soja, laranja e cana-de-açúcar e também criação de animais, principais produtos da época.

A agroindústria, que corresponde à fusão entre a produção agropecuária e a indústria, possui uma interdependência com relação a diversos ramos da indústria, pois necessitam de embalagens, insumos agrícolas, irrigação, máquinas e implementos.

Esse conjunto de interações dá à atividade alto grau de importância econômica para o país, no ano de 1999 somente a agropecuária respondeu por 9% do PIB do Brasil, entretanto, se enquadrarmos todas as atividades (comercial, financeira e serviços envolvidos) ligadas ao setor de agronegócios esse percentual se eleva de forma significativa com a participação da agroindústria para aproximadamente 40% do PIB total.

Esse processo também ocorre nos países centrais, nos quais a agropecuária responde, em média, por 3% do Produto Interno Bruto (PIB), mas os agronegócios ou agrobusiness representam um terço do PIB. Essas características levam os líderes dos Estados Unidos e da União Europeia a conduzir sua produção agrícola de modo subsidiado pelos seus respectivos governos, esses criam medidas protecionistas (barreiras alfandegárias, impedimento de importação de produtos de bens agrícolas) para preservar as atividades de seus produtores.

Em suma, o agronegócio ocupa um lugar de destaque na economia mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, pois garante o sustento alimentar das pessoas e sua manutenção, além disso, contribui para o crescimento da exportação e do país que o executa.

População brasileira

A Geografia Humana do Brasil tem por objetivo analisar as características da população brasileira, a diversidade étnica e cultural, os aspectos socioeconômicos, o quantitativo e a distribuição populacional, a divisão regional, entre outros temas relacionados. Para entendermos a atual estrutura da população brasileira, é importante uma abordagem histórica da ocupação do país e a formação da identidade nacional.

O Brasil é considerado um dos países de maior diversidade étnica do mundo, sua população apresenta características dos colonizadores europeus (brancos), dos negros (africanos) e dos indígenas (população nativa), além de elementos dos imigrantes asiáticos. A construção da identidade brasileira levou séculos para se formar, sendo fruto da miscigenação (interação entre diferentes etnias) entre os povos que aqui vivem.

Além de miscigenado, o Brasil é um país populoso. De acordo com dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do país é de 190.755.799 habitantes. Essa quantidade faz do Brasil o quinto mais populoso do mundo, atrás da China, Índia, Estados Unidos da América (EUA) e Indonésia, respectivamente.

Apesar de populoso, o Brasil é um país pouco povoado, pois a densidade demográfica (população relativa) é de apenas 22,4 habitantes por quilômetro quadrado. Outro fato que merece ser destacado é a distribuição desigual da população no território nacional. Um exemplo desse processo é a comparação entre o contingente populacional do estado de São Paulo (41,2 milhões) com o da região Centro-Oeste (14 milhões).

Origens do Povo Brasileiro

O povo brasileiro foi originado a partir da miscigenação entre diferentes etnias.

A **população brasileira** é bastante miscigenada. Isso ocorreu em razão da mistura de diversos grupos humanos que aconteceu no país. São inúmeras as raças que favoreceram a formação do povo brasileiro. Os principais grupos foram os povos indígenas, africanos, imigrantes europeus e asiáticos.

Povos indígenas: antes do descobrimento do Brasil, o território já era habitado por povos nativos, nesse caso, os índios. Existem diversos grupos indígenas no país, entre os principais estão: Karajá, Bororo, Kaingang e Yanomani. No passado, a população desses índios era de quase 2 milhões de pessoas.

Povos africanos: grupo humano que sofreu uma migração involuntária, pois foram capturados e trazidos para o Brasil, especialmente entre os séculos XVI e XIX. Nesse período, desembarcaram no Brasil milhões de negros africanos, que vieram para o trabalho escravo. Os escravos trabalharam especialmente no cultivo da cana-de-açúcar e do café.

Imigrantes europeus e asiáticos: os primeiros europeus a chegarem ao Brasil foram os portugueses. Mais tarde, por volta do século XIX, o governo brasileiro promoveu a entrada de um grande número de imigrantes europeus e também asiáticos. Na primeira metade do século XX, pelo menos quatro milhões de imigrantes desembarcaram no Brasil. Dentre os principais grupos humanos europeus, destacam-se: portugueses, espanhóis, italianos e alemães. Em relação aos povos asiáticos, podemos destacar japoneses, sírios e libaneses.

Tendo em vista essa diversidade de raças, culturas e etnias, o resultado só poderia ser uma miscigenação, a qual promoveu uma grande riqueza cultural. Por esse motivo, encontramos inúmeras manifestações culturais, costumes, pratos típicos, entre outros aspectos.

A demografia – ou Geografia da População – é a área da ciência que se preocupa em estudar as dinâmicas e os processos populacionais. Para entender, por exemplo, a lógica atual da população brasileira é necessário, primeiramente, entender alguns conceitos básicos desse ramo do conhecimento.

População absoluta: é o índice geral da população de um determinado local, seja de um país, estado, cidade ou região. Exemplo: a população absoluta do Brasil está estimada em 180 milhões de habitantes.

Densidade demográfica: é a taxa que mede o número de pessoas em determinado espaço, geralmente medida em habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Também é chamada de **população relativa**.

Superpovoamento ou superpopulação: é quando o quantitativo populacional é maior do que os recursos sociais e econômicos existentes para a sua manutenção.



FIQUE ATENTO!

Qual a diferença entre um local, populoso, densamente povoado e superpovoado? Um local densamente povoado é um local com muitos habitantes por metro quadrado, enquanto que um local populoso é um local com uma população muito grande em termos absolutos e um lugar superpovoado é caracterizado por não ter recursos suficientes para abastecer toda a sua população. Exemplo: o Brasil é populoso, porém não é densamente povoado. O Bangladesh não é populoso, porém superpovoado. O Japão é um país populoso, densamente povoado e não é superpovoado.

Taxa de natalidade: é o número de nascimentos que acontecem em uma determinada área.

Taxa de fecundidade: é o número de nascimentos bem sucedidos menos o número de óbitos em nascimentos.

Taxa de mortalidade: é o número de óbitos ocorridos em um determinado local.

Crescimento natural ou vegetativo: é o crescimento populacional de uma localidade medido a partir da diminuição da taxa de natalidade pela taxa de mortalidade.

Crescimento migratório: é a taxa de crescimento de um local medido a partir da diminuição da taxa de imigração (pessoas que chegam) pela taxa de emigração (pessoas que se mudam).

Crescimento populacional ou demográfico: é a taxa de crescimento populacional calculada a partir da soma entre o crescimento natural e o crescimento migratório.

Migração pendular: aquela realizada diariamente no cotidiano da população. Exemplo: ir ao trabalho e voltar.

Migração sazonal: aquela que ocorre durante um determinado período, mas que também é temporária. Exemplo: viagem de férias.

Migração definitiva: quando se trata de algum tipo de migração ou mudança de moradia definitiva.

Êxodo rural: migração em massa da população do campo para a cidade durante um determinado período. Lembre-se que uma migração esporádica de campo para a cidade não é êxodo rural.

Metropolização: é a migração em massa de pessoas de pequenas e médias cidades para grandes metrópoles ou regiões metropolitanas.

Desmetropolização: é o processo contrário, em que a população migra em massa para cidades menores, sobretudo as cidades médias.

População

A população brasileira está irregularmente distribuída no território, isso fica evidente quando se compara algumas regiões ou estados, o Sudeste do país, por exemplo, apresenta uma densidade demográfica de 87 hab/km², as regiões Nordeste, Sudeste e Sul reúnem juntas 88% da população, distribuída em 36% de todo o território, fato contrário à densidade demográfica do Norte e Centro-Oeste, que são, respectivamente, 4,1 hab/km² e 8,7 hab/km², correspondendo a 64% do território total. Os brasileiros atualmente exercem um grande fluxo migratório, internacional e nacionalmente, nesse processo é importante salientar a diferença entre emigração (saída voluntária do país de origem) e imigração (o ato de estabelecer-se em país estrangeiro).

Acerca das migrações externas o significado está no fluxo de pessoas que saem do seu país para viver, ou mesmo visitar, outro país, geralmente países desenvolvidos; já as migrações internas caracterizam-se pelo deslocamento populacional que se realiza dentro de um mesmo país, seja entre regiões, estado ou municípios. No Brasil cerca de 40% dos habitantes residem fora dos municípios que nasceram.

Os principais fluxos migratórios no Brasil estão voltados para os nordestinos que saem em direção ao Sudeste e Centro-Oeste, isso muita vezes é provocado devido às questões de seca, falta de emprego, baixo índice de industrialização em relação às outras regiões, dentre outros fatores.

Outro fluxo bastante difundido é em relação aos migrantes do Sul que saem em direção às regiões do Centro-Oeste e Norte, esse processo deve-se aos agricultores gaúchos que procuram novas áreas de cultivo com preços mais baixos.

GEOGRAFIA DO BRASIL

Crescimento e Distribuição da População Brasileira

A população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) fica em torno de 203 milhões de habitantes distribuídos pelas 26 unidades de federação e 5.570 municípios e o Distrito Federal. Com isso podemos ter dados do **crescimento e distribuição da população brasileira**.

Três estados em particular, São Paulo (44 milhões de habitantes, taxa de 21,7% do total da população), Minas Gerais (20,7 milhões, taxa de 10,2%) e Rio de Janeiro (16,5 milhões, taxa de 8,1%) concentram 40% da população do país, índice que vem se mantendo estável há mais de uma década.

Embora as grandes cidades estejam mantendo uma maior concentração populacional, existe um **deslocamento para o interior do Brasil**, preferencialmente para as cidades de médio porte, que variam de 100 a 500 mil habitantes.

Mais informações sobre o crescimento e distribuição da população brasileira

De 1970 até a atualidade, a parcela urbana da população brasileira cresceu de 58% naquela década para 80% em 2000, havendo uma estimativa de crescimento populacional, verificando-se que as **aglomerações urbanas** das Regiões Norte e Centro-Oeste crescem mais do que os centros urbanos já estabelecidos do eixo Sudeste-Sul, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Houve um crescimento mais intenso, entre 2001 e 2005, da população brasileira nas regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto que na região Sudeste e Sul um rápido crescimento urbano ocorreu. A região Centro-Oeste teve a experiência de ter a maior taxa de crescimento anual (4,9%), justificado pela ocorrência de fluxos migratórios relativos a atividades de expansão econômica.

A menor taxa de **crescimento e distribuição da população brasileira**, desde a década de 1990, é apresentada pela região Nordeste, que embora apresente índices elevados de natalidade, possui uma abundância de oferta de mão de obra barata que provoca a migração para a região Sudeste, que possui uma demanda grande de empregos para atender às necessidades do desenvolvimento concentrado nos polos dinâmicos da economia brasileira.

Os processos de **industrialização** e urbanização estão intrinsecamente interligados. Foi com os avanços e transformações proporcionados, por exemplo, pelas Revoluções Industriais na Europa que esse continente concebeu o crescimento exponencial de suas principais cidades, aquelas mais industrializadas. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização intensifica o consumo nas cidades, o que acarreta a produção de mais mercadorias e o aumento do ritmo da atividade industrial.

A industrialização é um dos principais fatores de transformação do espaço geográfico, pois interfere nos fluxos populacionais, reorganiza as atividades nos contextos da sociedade e promove a instrumentalização das diferentes técnicas e meios técnicos, que são essenciais para as atividades humanas. A atividade industrial, por definição, corresponde ao arranjo de práticas econômicas em que o trabalho e o capital transformam matérias-primas ou produtos de base em bens de produção e consumo.

Com o avanço nos sistemas de comunicação e transporte – fatores que impulsionaram a globalização –, praticamente todos os povos do mundo passaram a consumir produtos industrializados, independentemente da distância entre o seu local de produção e o local de consumo. Estabelece-se, com isso, uma rede de influências que atua em escalas que vão do local ao global.

Graças ao processo de industrialização e sua ampla difusão pelo mundo, incluindo boa parte dos países subdesenvolvidos e emergentes, a urbanização também cresceu, a ponto de, segundo dados da ONU, o mundo ter se tornado, pela primeira vez, majoritariamente urbano, isto é, com a maior parte da população residindo em cidades, feito ocorrido no ano de 2010 em diante.

Mas como a industrialização interfere na urbanização?

É errôneo pensar que a industrialização é o único fator que condiciona o processo de urbanização. Afinal, tal fenômeno está relacionado também a outros eventos, que envolvem dinâmicas macroeconômicas, sociais e culturais, além de fatores específicos do local. No entanto, a atividade industrial exerce uma influência quase que preponderante, pois ela atua tanto no espaço das cidades, que apresentam crescimento, quanto no espaço rural, que vê uma gradativa diminuição de seu contingente populacional em termos proporcionais.

No meio rural, o processo de industrialização interfere com a produção e inserção de modernos maquinários no sistema produtivo, como tratores, colheitadeiras, semeadeiras e outros. Dessa forma, boa parte da mão de obra anteriormente empregada é substituída por máquinas e técnicos qualificados em operá-las. Como consequência, boa parte dessa população passa a residir em cidades, por isso, elas tornam-se cada vez maiores e mais povoadas. Vale lembrar que a mecanização não é o único fator responsável pelo processo de migração em massa do campo para a cidade, o que chamamos de **êxodo rural**, mas é um dos elementos mais importantes nesse sentido.

Além disso, a industrialização das cidades faz com que elas se tornem mais atrativas em termos de migrações internas, o que provoca o aumento de seus espaços graças à maior oferta de empregos, tanto na produção fabril em si quanto no espaço da cidade, que demandará mais trabalho no setor comercial e também na prestação de serviços.

Não por acaso, os primeiros países a industrializem-se foram também os primeiros a conhecer a urbanização em sua versão moderna, tornando-se territórios verdadeiramente urbano-industriais. Atualmente, esse processo vem ocorrendo em países emergentes e subdesenvolvidos, tal qual o Brasil, que passou por isso ao longo de todo o século XX. Segundo a ONU, até 2030, todas as regiões do mundo terão mais pessoas vivendo nas cidades do que no meio rural.

O grande gargalo desse modelo é o crescimento acelerado das cidades, que contribui para fomentar a **macrocefalia urbana**, quando há o inchaço urbano, com **problemas ambientais e sociais**, além da ausência de infraestruturas, crescimento da periferização e do trabalho informal, excesso de poluição, entre outros problemas. Estima-se, por exemplo, que até 2020 quase 900 milhões de pessoas estarão vivendo em favelas, em condições precárias de moradia e habitação.

Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho é um conceito utilizado para explicar a procura e a oferta das atividades remuneradas oferecidas pelas pessoas ao setor público e ao privado.

O mercado de trabalho acompanhou a expansão da economia e as taxas de desemprego chegaram a registrar somente 4% de desocupação.

Cada vez mais, exige-se o ensino médio para as profissões mais elementares, conhecimento básico de inglês e informática. Devido a desigualdade social do país, nem sempre esses requisitos serão cumpridos durante a vida escolar.